

SESSÕES DO PLENÁRIO

16ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO BIRA CORÔA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia da Diversidade LGBT, proposta pelo deputado Bira Corôa.

Convido para compor a Mesa a superintendente de Direitos Humanos da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, neste ato representando o governo do Estado da Bahia, a Srª Anhamona Brito; o coordenador da Secretaria da Segurança Pública, Sr. Tenente-Coronel Jaime Pinto Neto; o Sr. Tenente-Coronel Luiz Lanzilloti, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, coronel Anselmo Brandão; o Sr. Ailton Ferreira, representante da Sepromi; a Srª Professora Elizete França, da Secretaria da Educação Estado da Bahia, neste ato representando o secretário Osvaldo Barreto; o representante do Fórum Baiano LGBT, professor Ricardo Santana; a representante do Movimento Transformista, Srª Dione Santtyago; a representante do Antra/GCP, Srª Marina Garlen; a diretora do LGBT da UNE, Srª Larissa Passos; a Srª Laís Paulo, assistente social do Centro de Promoção dos Direitos; o Sr. Eferson Lima, representante da Setre; a vice-presidente do Conselho da Promoção dos Direitos LGBT, Srª Amélia Maraux. (Palmas.)

Abrindo a sessão especial, gostaria de convidar a todos para, de pé, participarmos de um minuto de barulho. A percepção é necessária para quebrar todo o anonimato que a sociedade impôs a um setor estratégico, importante, que compõe a nossa sociedade com dignidade, com respeito e, acima de tudo, que merece ter os espaços assegurados. (palmas.)

(Um minuto de “barulho”)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Foi com barulho, muita movimentação, com capacidade de organização, com enfrentamento, que partes dos processos discriminatórios têm sido quebrados no mundo inteiro. Sem dúvida nenhuma, a marcha é um grande referencial para afirmação e para luta.

Convido para nos prestigiar com o Hino Nacional, o nosso intérprete e, acima de tudo, grande artista, Dion Santtyago, que irá nos presentear com esse momento

especial para todos e para todas presentes.

(Execução do Hino Nacional.)

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós agradecemos a Johny Santiago pela sensibilidade, pela expressividade e pela força dessa artista que ao longo de quase toda a sua vida vem enfrentando uma sociedade perversa, e vem afirmando para todos e para todas a necessidade de repensarmos a reestruturação dessa sociedade que não tem todo e, sim, tem a presença de todos, independente da epiderme, do gênero, da opção religiosa e, acima de tudo, com o direito e com a independência de se afirmar pela sua orientação sexual.

Quero abrir saudando a todas e a todos, em especial aos que fazem deste momento um momento especial que permite que esta Casa, o Poder Legislativo do Estado da Bahia, possa quebrar tabus, possa se abrir e permitir a presença real das representações dos segmentos da sociedade com direito, autonomia e, acima de tudo, respeito.

Obrigado a todos e a todas. Não estou encerrando, mas como presidente da Comissão de Promoção da Igualdade não poderia deixar de externar a satisfação de poder abrir esta sessão especial em sua nova edição nesta Casa. Se eu não me engano, a quarta sessão especial que conseguimos realizar com esse setor.

O Sr. BIRA CORÔA:- Fazendo uso, neste momento, da fala como proponente desta sessão, vou quebrar o rito desta Casa e fazer a fala aqui da Mesa, por questão de tempo e também garantindo a posição de condução deste evento.

(Lê):- “Há uma semana de iniciarmos o Maio da Diversidade, que tem o provocativo tema ‘Zero Violência contra LGBT’, a artista Andrezza Lamarck foi brutalmente assassinada em Salvador. É bom destacar que não é mais um caso isolado de violência em Salvador, é mais um caso registrado da violência em nossa capital. Andrezza foi mais uma das vítimas da ‘LGBTfobia’, que segue ampliando suas estatísticas. Os crimes de ódio, de intolerância, são praticados em razão de preconceito e discriminação, sendo as vítimas selecionadas intencionalmente por seu pertencimento a um determinado grupo. Não é qualquer pessoa que pode ser desumanizada e, portanto, linchada. As potenciais vítimas de linchamento carregam consigo a marca daquele que pode, em última análise, ser eliminado. Um minuto de aplauso por, todas as vítimas de crimes de ódio”. E quero dizer que um minuto de aplauso que peço neste momento a todos é para dizer que a partida deles do convívio conosco não permite colocarmos uma pedra sobre a sua existência, chama-nos para a responsabilidade de lutarmos para que outras vítimas não sejam lamentadas.

(O Plenário bate palmas.)

(Lê):- “Mais de 25 anos depois da criminalização do racismo e quase 10 anos depois da criminalização da violência doméstica, é hora de o Brasil e a Bahia criminalizarem a homofobia – que, cada vez mais, se revela um crime contra os direitos humanos e as garantias individuais que o próprio Estado de Direito concebeu.

Como o racismo e a violência doméstica, a homofobia mata. Faz-se necessário não só tipificar os crimes de ódio e de intolerância, mas também assegurar a criação de uma cultura de valorização dos direitos humanos, de respeito e propagação desses direitos e de enfrentamento aos ódios, intolerâncias, preconceitos e discriminações. A dignidade do ser humano é valor regente de nosso Estado democrático, e sua preservação é uma obrigação compartilhada por todo o poder público e por toda a sociedade.

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia, em 2014, foram documentadas 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo 9 suicídios. Um assassinato a cada período de 27 horas. Um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior, 2013” – de quando foram registrados 313 casos.

(Lê):- *“O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes motivados pela homotransfobia: segundo agências internacionais, 50% dos assassinatos de transexuais no ano passado foram cometidos em nosso País.*

A violência 'LGBTfóbica' ocorre em toda parte, embora seja mais frequente na rua e no trabalho. A homofobia não ocorre só na hora em que a pessoa apanha ou morre. Ela ocorre também nas escolas, nas famílias, nas religiões, nos meios de comunicação e equipamentos públicos”.

Podemos até dizer que a homofobia começa em casa, no seio das famílias, é aprimorada na escola e praticada intensamente no contexto do convívio social em todos os agrupamentos da nossa sociedade.

(Lê):- *“As leis devem contribuir para mostrar à sociedade que essas condutas não podem ser toleradas. Devemos superar as barreiras que impedem a população LGBT de adentrar os espaços de poder, e a educação é um desses campos de batalha cotidiana. A ausência nas cadeiras das escolas e universidades deve ser reparada material e simbolicamente, as diversas identidades não podem ser criminalizadas e nenhum corpo pode ser tratado como mercadoria à exposição. Os espaços educacionais são reflexos da sociedade opressora em que vivemos. A violência seja física, simbólica e até institucional, é uma realidade para pessoas LGBT por todo o País, e não seria diferente nas escolas e universidades. Pessoas LGBT permanecem sem qualquer proteção a agressões físicas e verbais de colegas e até professores ou dirigentes, trotes violentos e humilhantes quando conseguem entrar em algum curso. É preciso formular urgentemente formas de responsabilizar institucionalmente as instituições de ensino pelos casos de violência, criando mecanismos de denúncia e acolhimento das vítimas.*

É necessário ao estado, municípios e governo federal consolidar políticas específicas para atenção à população LGBT.”

Construir ações propulsivas que possam permitir o combate e a mudança no contexto da nossa própria sociedade.

Fica um alerta para que denunciem todas as formas de discriminação e violência e assegurem os direitos às pessoas LGBT, porque o silêncio é igual à morte, quando nos calamos estamos incentivando o agressor e estamos coparticipando do ato

de violência.

É necessário que a sociedade grite, faça barulho e diga: não aceitamos violência contra as pessoas que, com direitos constitucionais, fizeram valer a sua orientação sexual. Digamos não à violência LGBT!

(Lê):- *“O enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação fortalece o Estado de democrático de Direito, especialmente quando as normas se voltam à proteção daqueles grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Há lacunas legislativas que, portanto, não podem ser toleradas, pois ignoram a necessidade de proteção de alguns grupos que sofrem de forma direta e constante agressões e violações de direitos humanos. Fundamentalmente estamos tratando de vidas, que ora deixam de ser vividas pelo preconceito e pela discriminação, que tolhe direitos e que ora são retiradas por crimes bárbaros e de ódio – quase todos impunes – contra LGBT.*

Quando a gente qualifica a homofobia, o racismo, o machismo, tentamos jogar luz sobre o processo histórico de subalternização e hierarquização de privilégios. Tentamos jogar luz sobre setores que historicamente foram privilegiados em detrimento de outros.

Pedimos que o Estado nos pertença mais, enquanto cidadãs e cidadãos.”

E nos represente com os direitos assegurados pela nossa própria Constituição.

Quero abrir este ato simplesmente agradecendo a todos e todas, homens e mulheres, transexuais, gays, lésbicas e travestis que com direito de cidadania se autoassumem e fazem frente a nossa sociedade perversa dizendo “Nós não queremos nada mais nada menos do que o direito de ser percebido e respeitado nesta nossa sociedade.”

Em nome do Poder Legislativo desta Casa e da Comissão da Promoção da Igualdade, abro esta sessão especial com um posicionamento que não me pertence, mas sim ao Colegiado que presido: o de que vocês são e devem ser tratados nesta Assembleia igual a os demais grupos representativos da nossa sociedade. Podem e devem adentrar aqui sem medo e, acima de tudo, sem olhar para o lado e perceber que alguém os está discriminando. Se isso ocorrer, é direito nosso também fazer esse enfrentamento e denunciar, porque igualmente neste Parlamento nós precisamos mudar os hábitos e costumes e reformular os nossos conceitos. E com enfrentamento é que vamos fazer isso.

Quero dar um pequeno testemunho. Na primeira vez que fizemos um ato com a comunidade LGBT nesta Casa, lembro-me muito bem de que duas pessoas chegaram ao nosso gabinete registrando um posicionamento de discriminação vivenciado na chegada a este Legislativo e num dos elevadores daqui. Nós tivemos então, o compromisso de fazer uma reunião com os servidores deste Poder abrindo um diálogo, um debate, uma discussão e trazendo-os para um processo de reeducação e de respeito ao direito constitucional de todos e todas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, inicio a concessão dos tempos pela Mesa. Não fiz uma sequência inicial aqui, mas vou passar a palavra ao representante da Sepromi, Ailton Ferreira.

O Sr. AILTON FERREIRA:- Bom-dia a todos e todas.

Cumprimento a Mesa em nome da presidência da sessão, exercida pelo deputado Bira Corôa, ao tempo que o parabenizamos em nome da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da secretária Vera Lúcia Barbosa, que neste momento está em Boa Vista do Tupim fazendo algumas entregas com o secretário de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues. Então, ela pediu que eu viesse representá-la, e foi a sopa no mel, porque gostei, não é, meu irmão Gabriel?

Gostei porque é um tema com o qual já temos uma certa intimidade, desde 2009 aproximadamente, quando eu estava na Semur, a Secretaria Municipal da Reparação, que foi pensada e criada para tratar da promoção da igualdade racial em Salvador. Já naquela época, deputado Bira Corôa, fui provocado por Renildo Barbosa e outros companheiros e companheiras do Movimento LGBT para que a Prefeitura, através da Secretaria, incorporasse a bandeira LGBT e as demandas LGBT.

Aí, Lindinalva, tivemos um debate no primeiro momento com algum dos pensadores do Movimento Negro, que me chamaram e disseram o seguinte: “Você já resolveu as prioridades do povo negro? Como é que já quer botar LGBT na Secretaria que o Movimento Negro criou? Não é o momento ainda de trazer esse debate para a Semur, pois ela tem que cuidar da promoção da igualdade racial. Depois que tivermos avançado na igualdade racial, aí, sim, poderemos incorporar a demanda da sociedade LGBT.”

E foi então um outro debate, porque num primeiro momento, dentro do próprio governo, havia uma resistência para não criar arestas com o Movimento Negro, devido também à sua visibilidade em forma de pressão. E talvez por não priorizar essa pauta, porque nós vivemos num Estado extremamente preconceituoso que hierarquiza pessoas pela cor da pele, a orientação sexual e pelo jeito de amar. Mas enfrentamos esse desafio e chamamos a conversa com as lideranças LGBT incorporando na Secretaria da Reparação a bandeira e as pautas LGBT. E não incomodou em nada.

Disse uma certa feita para uma das lideranças: “Do mesmo jeito que você está querendo dizer que a pauta LGBT pode esperar mais algum tempo, era a mesma coisa que faziam com nós, negros, ao dizerem que as nossas reivindicações poderiam também esperar por mais tempo.”

Então, não podemos fazer com as outras pessoas o que não queremos ou não gostamos que façam conosco. Aí, incorporamos. E foi legal a força e a solidariedade da comunidade LGBT nos momentos em que precisávamos de pessoas. Como, por exemplo, quando criamos o Observatório LGBT do Carnaval em 2010 e não tínhamos como contratar pessoas. Foi uma felicidade porque, com o Movimento LGBT, colocamos um grupo de estudantes e militantes. Lembro bem de Sandra

Munhoz, que estava lá atuando pela Prefeitura Municipal de Salvador sem ganhar nada, com o crachá, o nome social no crachá e a farda do Carnaval. E ela atuou de uma forma muito legal, porque pessoas que eram discriminadas, cuspidas, recebiam copo de cerveja no rosto e tinham o cabelo puxado, mesmo assim estavam com a farda municipal cobrando respeito e fiscalizando os atos de violência no circuito. Bárbara também participou, e foi uma experiência muito legal a dessa presença.

Como nada é à toa, saio da Reparação e vou para a Secretaria da Justiça do Estado. Quando chego lá, LGBT com Paulette. Aí, eu disse: “Está vendo como foi bom ter feito aquele estágio? Porque nele aprendi um pouquinho, melhorei como ser humano um pouquinho mais e vim trabalhar na Justiça com a proposta LGBT.”

Então, é um crescimento no plano pessoa institucional, porque um Estado que nunca se preparou e não foi pensado para essas agendas essas pessoas começa a se preparar. Quando um deputado provoca esta sessão neste espaço que tradicionalmente não é nosso - não é das pessoas que fazem o movimento que fazemos, não é do povo de candomblé, do Movimento Gay, do Movimento LGBT, do Movimento Negro -, e ele se abre, é uma demonstração da força e das conquistas da comunidade.

Por isso, acho interessante - muita gente não pôde estar presente à sessão por causa das chuvas - que a gente coloque nas redes, no Facebook, no WhatsApp, mensagens dizendo para todos o que está acontecendo aqui na ainda conservadora Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, da Bahia ainda racista, da Bahia ainda machista e de uma Bahia muito homofóbica que mata suas pessoas e seus moradores de forma tão perversa.

É através da tecnologia que vamos dizer também para o Brasil todo e os homofóbicos que aqui nesta Assembleia Legislativa está acontecendo uma sessão especial em defesa do direito e da cidadania LGBT. Já que tem chuva, vamos enfrentar os problemas e as adversidades que fizeram com que a Casa não estivesse lotada, postando isso nas redes sociais para que mais pessoas saibam.

Outra coisa que quero é perguntar que moral tem, que legitimidade tem, que direito tem quem vive numa sociedade tão agressiva e tão violenta que mata a juventude negra e enterra jovens aos 17 anos?! Toda semana esta sociedade sepulta, em média, 25 corpos de jovens da periferia! É uma sociedade que não aprendeu a se resolver nem aprendeu a resolver a educação, a saúde, a exclusão! É uma sociedade tão perversa, que agora vai criminalizar e levar para a cadeia a juventude aos 16 anos, com a proposta de redução da maioridade penal!

Então, que moral tem esta sociedade para estar aqui julgando o direito de amar ou a escolha de amar das pessoas?!

Esta sociedade deveria bater palmas para quem promove o amor, enquanto nós somos capazes de enterrar os nossos jovens. Então quero dizer neste dia, deputado Bira Corôa, que somos todas Andreza que somos todos Itamar Ferreira. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para registrar as presenças de Vinícius Alves e Paulete Furacão, ambos da Coordenação LGBT – da Secretaria de Justiça; de Tati do Grupo Arco-Íris- LGBT; Carmem Oliveira – presidente do Conselho das Mulheres de Cruz das Almas.

Passo a palavra, neste momento, a Ricardo Santana, do Fórum Baiano LGBT.

O Sr. RICARDO SANTANA:- Olá! Bom dia!

Queria dizer a vocês que é a primeira vez na minha vida que estou num lugar que vejo sempre pela televisão. Acompanho sempre aTV Assembleia e nunca me imaginei estar aqui falando para vocês como gay, como uma pessoa que é vista pela sociedade como desviado, transviado e viado. E eu queria contar uma história para vocês: era uma vez um antropólogo que estava com seu namorado, atrás do Farol da Barra, de mãos dadas. Ele não estava beijando-o. Estava lá vendo o pôr do sol, “muito bem-obrigado” e, daqui a pouco, aparece uma pessoa e, ao observar aqueles dois homens em situação de afeto, olhando o por do sol, essa pessoa, incomodada com a felicidade alheia, vai e dá um tapa na cara desse antropólogo. Foi a melhor coisa que ele fez para nossa vida, porque esse antropólogo se chama Luiz Mott e, depois desse dia, ele fundou aquilo que conhecemos como Grupo Gay da Bahia.

Estou falando isso porque sou professor de História e tenho uma aliança com o meu passado, com o nosso passado. As cidadãs lésbicas, os gays, os bissexuais, os travestis e os transsexuais do Estado da Bahia não são filhos de chocadeira. Nós temos uma história e tudo que temos hoje em dia está aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, temos uma audiência pública, e não foi favor de ninguém. Foi luta atrás de luta.(Palmas.)

Perdemos muito nessa caminhada e eu queria lembrar do nome de Rafael Carvalho, de Feira de Santana, que foi uma das pessoas que ajudaram - eu me arrepio todo – a fazer funcionar esse fórum; e Nino Penteado também, de Dias D’Ávila, que foram nossos fundadores.

Depois dessa história de Luiz Mott, quero dizer que, em 2007, nós refundamos o Fórum Baiano LGBT. E foi por causa disso que construímos hoje em dia uma militância viva, aguerrida e, principalmente, com vontade de lutar. Por que estou falando tudo isso? Estou falando, porque, primeiro, queria colocar o meu lugar de fala e justificar também a minha ausência depois dessa fala. Sou professor de História, diretor de uma escola, e depois da minha fala, tenho que me dirigir para lá, senão terei problemas com meus professores e meus alunos. Mas é um grande prazer estar aqui para dizer que sou professor de História. E sou professor gay. Ser professor gay, ser profissional da educação e bater no peito e dizer “Me respeite porque não tenho a mesma preferência sexual que você, mas tenho o mesmo direito que você tem, o direito de ser respeitado e o direito de respeitar”, significa que é você ter de matar um leão todos os dias. Por quê? Porque, infelizmente, as pessoas ainda nos percebem e nos entendem como aquilo que fazemos na cama entre quatro paredes. A sexualidade humana é uma coisa de foro íntimo, mas até hoje morremos assassinados

com requintes de crueldade por causa das pessoas com quem escolhemos deitar na cama e por causa do amor que sentimos por outra pessoa. Isso é típico de uma mente tacanha, é típico de uma sociedade heteronormativa, homofóbica e heterossexista que nos obriga a ter comportamentos que estão na regra heteronormativa.

Ou seja, vê-se uma bicha como eu dando “kiu”, muito feminina, professora ao dizer para os seus alunos: “Me respeite, porque sou gay e você, também, pode ter um filho que será gay ou seu irmão pode ser gay”.

Gostaria de dizer que nós estamos aqui para lutar. Estamos aqui para dizer: “Olha, eu não vim a este mundo a passeio. Eu vim a este mundo sabendo.” Isso quer dizer que não vim para este mundo sabendo que seria gay, claro, porque eu não decidi, porque não é uma opção, mas é uma orientação sexual. Eu entendi que sou gay e sabia disso. E, também, gostaria de dizer que ser gay, neste mundo, é uma coisa difícil e é perigoso. Mas, mesmo assim, estamos na luta.

Quero dizer a vocês que este Fórum Baiano LGBT, o qual eu represento e faço parte desta Mesa, ele não é, apenas, a capital, mas ele é o interior, ele é Gilvan Dias Medeiros, é Pablo, é Carmem, Rafaela, é travestis e transexuais, mulheres e homens, lésbicas e gays que vivem o cotidiano de ser homossexuais no interior do Estado da Bahia. (Muitas palmas.)

Nós tivemos a noção do que é isso em 2007 quando nós víamos travestis colocando limãozinhos, porque não tinham acesso à terapia hormonal e saindo às ruas para dizer que meu nome não é João, meu nome é Joane, meu nome não é Amintas, meu nome é Scarlett. E há outras que assumiram sua sexualidade, ou seja, assumiram a sua travestilidade, assumiram a sua diferença.

Queria registrar a presença do presidente do Conselho de Juventude que é viado. Batam palmas, porque o nome dele é Aguinaldo. (Palmas.)

Bem, para encerrar a minha fala, gostaria, também, de dizer para vocês que a luta de hoje não se acaba hoje. As nossas lutas são vistas mais nos meses de maio, da diversidade, e junho. Mas é uma luta cotidiana, principalmente porque temos 2 vulneráveis em nossas siglas que são as lésbicas negras e os travestis e transexuais negros e da periferia. (Palmas.)

São esses dois os eixos da nossa sigla e eles sofrem muito mais com a violência do cotidiano. É a mulher lésbica e negra que a sociedade heteronormativa não a aceita e acredita sempre que a negra é, apenas, para o sexo e para a procriação. E, também, esta mesma sociedade acredita que o travesti negro é, apenas, para fazer show. Ela não precisa estar em órgão público como uma Paulete da vida. Ela não precisa estar em uma escola dando aula. Ela tem de se conformar com a sua situação de vulnerabilidade, fazendo uma unha ou entrar na prostituição.

Isso não é a saída para o nosso destino.

Travestis, transexuais, gays, lésbicas e bissexuais têm direito ao mercado de trabalho e têm direito a um mercado digno que sejam tratado de igual para igual como qualquer outra pessoa, porque somos sujeitos de direito.

Queria dizer para vocês que a nossa luta é todos os dias para combater e acabar com a discriminação e a homofobia no Estado da Bahia.

Muito obrigado, gente. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Somos nós quem agradece.

Quero dizer que o sinal, que aparece, é exatamente para concluir em função de que temos várias pessoas aqui na Mesa. Queria dar espaço às pessoas para poder fazer suas considerações e falar mas, também, abri um espaço para o Plenário, porque, assim, apenas, a Mesa fala. Estou tentando ganhar um tempo também para que a gente possa ter algumas participações do Plenário.

Solicito ao orador que, ao toque, vá concluindo para permitir irmos além.

Esta preocupação decorre do fato de que hoje é sexta-feira e, por este motivo, esta Casa só funciona meio expediente. Em consequência, o transporte dos servidores sai às 12h15min. Então, tenho de tentar equacionar o tempo dos oradores para não prejudicar o transporte das pessoas também, inclusive, com a dificuldade no dia de hoje com as chuvas.

Passo a palavra a Marina Garlen (palmas.) pois, na sessão do ano retrasado, nos prestigiou com um belíssimo show assim como hoje nós tivemos o privilégio de ter Dion Santtyago abrindo com o seu estrelismo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra Marina Gallen.

A Sr^a MARINA GALLEN:- Bom-dia a todos e a todas.

Como o deputado Bira Corôa já falou que a gente tem que ser muito breve, eu tinha tanta coisa para falar, ia contar a história da minha vida toda, mas o senhor não me permite, tudo bem, depois eu te conto sozinha, tá bem?

Muito feliz de estar aqui, mais uma vez, mais um ano, terceiro ano consecutivo, dizer que estar aqui representando os travestis e transsexuais da Bahia para mim é uma grande honra. É uma grande honra saber que Paulete hoje está no governo e que nós temos grandes pessoas, como a Milena, que está na gestão também da SPM, e saber que temos aqui representantes que vieram do interior, mesmo debaixo de chuva estão aqui, meus agradecimentos a Rafaela e a Tati, agradecendo as suas presenças; a minha irmã e amiga Dion Santtyago que representa toda a classe artística. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa e agradecer sempre por essa ação que o senhor faz todos os anos no Maio da diversidade. E a todos vocês que estão aí presentes, que são pessoas ilustres, pessoas que estão sempre brigando com a gente, sempre na causa nos defendendo.

Eu não me vou alongar muito, porque o que eu tinha de falar foi basicamente o que o nosso colega Ricardina, chamo ela de Ricardina, porque é para as íntimas, ela falou em relação à representação do fórum.

Gostaria que o governo olhasse mais, que as pessoas olhassem mais com sensibilidade e com os olhos, realmente, de empresários, porque nós, travestis e

transsexuais, não nascemos só para a prostituição, que a prostituição venha a ser apenas uma opção e não uma obrigação.

Eu já me prostitui para ter a minha casa, eu já apanhei para ter a minha casa, hoje eu brigo para ter um lugar ao sol, como gente, como militante, porque graças à militância eu voltei a estudar, graças à militância hoje eu faço parte de uma coordenadoria estadual, representando uma instituição nacional, graças à militância eu estou aqui falando com vocês hoje.

Então, eu agradeço a todos vocês. Eu gostaria que o governo olhasse mais para os travestis que querem ser incluídos dentro da educação e não têm oportunidade, porque a Portaria da UFBA saiu, do Estado saiu, mas ainda não está regulamentada. Na última reunião que eu tive, na última roda de conversa que eu tive na UFBA, as meninas e os meninos trans estavam tendo dificuldades para terem inclusos os seus nomes dentro da chamada e dentro do nome social na hora da matrícula. Isso é uma vergonha. Porque a escola que eu estudei, Escola Senhor do Bonfim, antes da UFBA e antes da Portaria do Estado eu já era reconhecida, eu usava banheiro feminino, eu era chamada de Marina de Oliveira nas chamadas e nas provas. (Palmas.)

Então, é dentro dessa Assembleia que nós temos que pegar as nossas demandas e dizer: é um direito nosso, a Portaria está aprovada pelo Estado e pela UFBA, e nós queremos o nome social dentro da chamada e dentro da matrícula. Que isso siga como lição, eu acredito que nós estamos aqui, representantes do fórum, e que a gente tem que brigar com relação a isso.

E a outra coisa é em relação à inclusão no trabalho. Finalizando, nós fizemos um curso, auxiliar de administração, Paulete suou bastante para que esse curso saísse, nós fizemos o curso, ganhamos o certificado, mas nenhuma de nós está empregada. Então, eu quero saber onde é que o governo vai entrar nisso e vai sensibilizar as empresas para que nos coloquem. Não estamos dizendo que vamos querer ir para lá para botar a gente de minissaia não, botem as pessoas capacitadas, as pessoas que têm estudo, as pessoas que sabem fazer alguma coisa de acordo com o seu cargo. (Palmas.)

É só para dizer que estou aqui não só em defesa das pessoas LGBTQs, mas estou mais pelo segmento trans, que é a letrinha que sofremos mais. Mas, vamos à frente, a luta continua. Quer agradecer a todos vocês, obrigado, deputado Bira Corôa, mais uma vez, obrigado ao meu coordenador, Vinícius Alves, pelo carinho sempre, sempre, sempre, por aquilo que você faz comigo, que eu sei que é de coração.

Quero agradecer também a Keyla Sympton, mas ela não está no momento, e dar um abraço bem caloroso a todos vocês que me adoram, que eu sei que é de coração também, e dizer que a marcha será domingo, amanhã teremos Solar da Boa Vista e domingo estaremos às 14 h, no Farol da Barra. Beijos no coração. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito o momento para registrar as

presenças de Ana Aguiar (palmas.), Presidente do DCE da Unifacs; Bárbara Alves (palmas), representante do Coletivo Lésbica-Bahia, sempre presente; Érico Dourado (palmas), assessor técnico da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador do gabinete de Vânia Galvão (palmas); Rebeca Benevides (palmas), assessora do vereador Suíca, do Coletivo Kiu – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual; Taís Faria (palmas), do Coletivo Kiu-Bahia; Ed Paiva (palmas), professora do Diadorim da Uneb; Gilvan Dias Medeiros (palmas) do Conselho Estadual de Direitos Humanos; e de Pablo Guimarães (palmas), LGBT, do Conselho Estadual de Direitos Humanos. (Palmas.)

Neste momento, passo a palavra a Dion Santtyago para que possa, também, fazer as suas considerações.

A Sr^a DION SANTTYAGO:- Bom-dia a todos.

Eu acredito que todas as palavras levam a um caminho só. Quero agradecer à Mesa, ao deputado, a todas as autoridades presentes e a cada um de vocês. Eu acredito que eu seja a pioneira ou uma das pioneiras na classe artística.

Estou muito triste. Não direi a vocês que estou alegre por estar aqui não. Acredito que o LGBT já poderia estar aqui há muito tempo. E esta Casa já deveria, há muito tempo, estar com as portas abertas para todas nós. Mas isso já foi dito.

E o que me entristece mais ainda é que o cenário artístico da Bahia perdeu, na semana passada, mais uma diva, mais uma estrela, mais um ator ou atriz que foi Andrezza Lamarque, minha amiga, minha irmã, minha afilhada.

Eu gostaria de dizer uma coisa para vocês. O governo se esquece de que, à noite, o expediente continua e não para além das 18 horas. Depois das 18 horas, as pessoas – homens, transsexuais, travestis – se maquiam. Eles se maquiam e vão para os palcos da vida, ou melhor, para dois palcos na capital baiana, pois só restam dois, onde alguns desses resistentes lutam pela sobrevivência no palco.

Palco esse que foi, também, minha sobrevivência durante muitos anos. Hoje, sou arquiteta, designer de interiores. Mas, para comer, tive de perder minha noite inteira da minha vida, minha juventude inteira. Mas não perdi. Eu ganhei, pois eu me dediquei ao palco para a minha sobrevivência. E, no decorrer desta minha história, várias amigas se foram de forma estúpida, bruta, como se fossem bichos.

Hoje, estou aqui com vocês. Muito obrigado pelo convite. A pergunta é: na próxima sessão especial eu estarei? Quem me responde isso?

Eu continuo atuando nos palcos pela paixão; hoje, não mais pela sobrevivência, porém, pela paixão do palco. O que Maria Betânia sente é o que eu sinto. O que o Chico Anísio sentiu é o que Andrezza sentiu. Em outras palavras, é o amor pelo santuário que é o palco. O amor é uma coisa única. E a violência tem de acabar.

As pessoas põem seus pijamas e assistem às suas novelas.

Hoje, o gay está em alta. Hoje, o gay é moda. Hoje, é chique você ter um amigo gay, não em sua casa, como amiguinho, mas porque está em alta e é moda. O gay está em novelas. A lésbica está em novelas e na rua, também, morrendo.

Andam paralelos, esses dois. Só o que se destaca é o que a mídia quer.

Quando um travesti se autodefende, ele é marginal. Aí só o Bocão, a mídia, os demais fazem a cobertura. Na Parada Gay, eu acordo às 6h da manhã para participar e no meu trio faço meus protestos. Acordo às 6h da manhã, procuro dar o melhor no meu visual porque o público merece o melhor. Vou com a alma, lutando por aqueles que me deixaram e poderiam estar comigo naquele momento.

Não vejo que gay seja alegria, não. Gay é tristeza, é descaso e acho que essa hipocrisia tem que acabar. É muito blá blá blá, muito movimento que não nos levam a nada. (Palmas.) Fico só ouvindo, tenho grupos no WhatsApp, fico só vendo, não leva a nada. Sabe por quê? É valorosa essa vitória de estarmos aqui, hoje. Mas vai nos levar a quê? Precisamos de prática, estou falando de vida.

Ontem eu perdi Andrezza, e amanhã quem estará no meu lugar falando por mim? Então vamos parar com esse blá blá blá, essa hipocrisia e vamos à luta de verdade, sair do papel. Procurem sair à noite, vão à Av. Carlos Gomes que vocês vão ver. O palco do Âncora do Marujo é um palco desse tamanho e ali as pessoas ganham sabe quanto de cachê? Trinta reais, quarenta reais e ainda passam a cumbuca pedindo para cada um dos clientes ajudarem no cachê.

Conheço uma diva, não citarei o nome, que fazia shows na casa porque precisava trabalhar. No mercado de trabalho durante o dia é mais difícil encontrar emprego. Ela ganhava 50,00 reais para fazer um show que começava às 2h, de acordo com a boa vontade do patrão, da casa, e terminava às 4h ou 5h. Essa diva foi pedir um aumento de 20,00 reais para contribuir com o táxi em que voltava para casa. Sabem o que ele fez, meus amigos? Falou que ela não merecia esse aumento. Ela parou de fazer shows, se submete a passar fome ou ganhar algum trocado quando o Senhor Jesus concede. Essa diva, hoje, está sem trabalhar.

Assim como ela, há um time. Porque o preconceito começa também dentro da nossa classe. Temos que nos olhar e nos envergonhar, porque somos carentes de tudo. Conseguimos olhar para o nosso próximo, que sofre tanto preconceito como outro, com ar de superioridade. Em quê?

Então, por favor, olhem para a classe dos transformistas, porque é uma profissão não valorizada. Montar esse circo, conseguir captar da mulher a sensibilidade e a sedução só para os artistas. E todo o artista merece respeito, todo cidadão merece respeito. Eu respeito meu batom, assim como Andrezza Lamarck respeitou o dela. Eu quero é vida e não morte. (Palmas.)

Muito obrigada e que fique na consciência de cada um mesmo. Não estou sendo hipócrita, porque não sou. Estou falando de vida, que Deus abençoe a cada um de vocês. Espero ter a chance de estar aqui no próximo encontro. Se Deus me der vida e saúde e se os homens me permitirem. Que assim seja. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, passo a palavra a Laís Paulo.

A Sr^a LAÍS PAULO:- Gente, muito axé para todas nós!

Queria fazer só uma correção em relação à minha apresentação. Sou Laís Paulo, inclusive hoje é comemorado o nosso Dia. Anteriormente fui a uma audiência em relação a isso. Estou aqui enquanto profissional para fazer uma fala, enquanto profissional que teve a experiência num equipamento que atendia às vítimas de LGBT fobias. Era o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos, que não está mais em funcionamento. Acredito que inclusive todas vocês tenham conhecimento, o movimento também tem conhecimento disso, finalizamos o convênio agora em abril. Estou muito emocionada, inclusive quanto ao profissional da ponta que atende as pessoas que cotidianamente passam pela situação da violação dos direitos e vivenciamos contextos de violência, justamente em decorrência da identidade sexual e de gênero. E por isso a sexualidade não é só um foro íntimo, a sexualidade é uma dimensão antológica da vida, do ser social.

A minha sexualidade que se expressa a partir da minha identidade sexual de ser lésbica, isso determina os contextos, as situações e as minhas vivências. A identidade de gênero sexual das pessoas travestis e transexuais, é isso que lhe marca e juntamente com outros marcadores sociais em relação ao de raça e classe, é isso que determina as nossas vidas e que nos coloca cotidianamente nesses contextos de violação. Porque não é só a morte, o constrangimento, que não é a perseguição do trabalho porque nem sempre estamos no trabalho.

Como a fala é muito curta e os anseios são muitos, quero colocar o seguinte: o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGVT é um equipamento que está tipificado no sistema nacional de enfrentamento às homofobias e promoção dos direitos de LGVTs. Esse sistema é a atual política pública vigente do governo federal, do Ministério dos Direitos Humanos, ele assim como o SUAS e o SUS, é um documento que vem dar as diretrizes e a regulamentação da política pública LGVT no Brasil.

O Centro cumpre três papéis centrais, que é o atendimento psicossocial e jurídico às vítimas de homofobia, lesfobia, transfobia, bifobia, aos seus amigos e familiares. O outro que é a formação de uma rede socioassistencial que possa prover o acolhimento em relação às necessidades dessas pessoas que estão em situação de violência e que requer também a questão da formação. Hoje me sinto também muito constrangida inclusive quando chego com Marina Garden numa portaria e vemos a questão do nome, porque não coloco o nome social, porque é o nome, tem o direito inclusive à retificação de prenome. E que esta Casa assim como todas as outras casas que inclusive defendem e há documento que regulamenta e reconhece o nome social, ainda não estão de fato implementadas.

Temos, por exemplo, desde 2009, uma portaria do SUAS que foi uma portaria da Sedes que reconhece e prevê a regulamentação do uso do nome social nos órgãos do SUAS. E, por exemplo, no Centro houve três casos de denúncia de violência institucional por parte dos Cras que não reconhece e não presta o atendimento devido às pessoas travestidas e transexuais, isso quando essas pessoas chegam nos espaços.

O que conseguimos além da conta, tivemos durante 6 meses 1.186 atendimentos. Desses 1.186, só para trazer alguns dados para que possamos demarcar, ver quem é o perfil dessa população, 45% dessa população não têm renda própria. Não estou falando de emprego, estou falando de renda própria, 45%, olhem os índices: 70% são de negros e negras e 50% de pessoas que se autodeclararam do gênero mulher.

Esses dados só reforçam que a dimensão de quem morre inclusive, pegando a fala de Ailton que não está aqui, não consigo entender às vezes a resistência de outros setores, de outras pautas em relação a nós, porque quem morre e que tem diretamente os seus direitos violados somos nós LGVTs negras e pobres. Somos nós que estamos nas estatísticas quando aparecem, porque também as estatísticas não são reais porque sabemos que de acordo com o relatório anual da Secretaria de Direitos Humanos, são dados recolhidos do Disk 100, a cada 24 horas um LGVT morre em decorrência da LGVT fobia. Como a Bahia é o sexto Estado mais violento do país e o segundo Estado mais violento do Nordeste, isso nos chama e chama toda essa Mesa inclusive.

Gostaria de clamar mais uma vez como as minhas colegas que também vieram fazer falas da sociedade civil, clamar pela atenção do governo em relação a isso. Precisamos de respostas públicas em relação ao enfrentamento da homofobia urgente, mas que não sejam só respostas que fiquem no âmbito da criminalização da homofobia. A criminalização da homofobia não dará conta disso, precisamos de políticas públicas estruturantes. Não dá para achar que tendo uma coordenação, o núcleo LGBT... Aí, fico pensando, enquanto profissional? Se não existe uma estruturação da gestão, como é que vai existir uma estruturação dos equipamentos que, de fato, vão cumprir com o atendimento a essas pessoas que estão em situação de violência e de vulnerabilidade social?

Promover uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero requer para além de ações de sensibilização, requer para além de ações como mais a diversidade. Nós vivenciamos a violência durante todos os dias de nossa vida; quem consegue viver. Não podemos tratar a questão da homofobia simplesmente como uma pauta representativa e ficar clamando nessa perspectiva da discriminação, da sensibilização, e de ficar responsabilizando a nós e a sociedade por essas mazelas.

No contexto familiar é onde mais acontecem as violações LGBT fóbicas, mas não dá para culpar a família. Como todas as outras políticas para os grupos vulneráveis, idosos, crianças, adolescentes e mulheres, quando a família falha, quem entra é o Estado. O compromisso com o enfrentamento da homofobia tem que ser do Estado. Não dá para achar que se nós não estamos no patamar, por exemplo, da política pública LGBT do Rio de Janeiro e de São Paulo, que é uma falha nossa e do movimento. Não é! Queria trazer uma outra fala, de pensarmos que durante essa gestão, nesses 4 anos que têm ainda, nos próximos anos...

Acho que, hoje, na atual conjuntura, temos um grande desafio que é a institucionalização dessa política. A Bahia precisa assinar o termo de cooperação do Sistema Nacional LGBT para garantir não só que a Bahia possa implementar política, mas para garantir a interiorização dessa política. E essa interiorização depende,

inclusive, desse termo de cooperação.

Outra coisa que eu queria colocar é que temos um grande desafio de articulação da nossa política com políticas estruturantes. E quais são essas políticas estruturantes? São as políticas que estão no sistema de seguridade social: saúde, previdência e assistência social. Hoje, as políticas efetivas que temos se dão do ponto de vista da saúde, porque é política estruturante.

Precisamos disputar a narrativa dos direitos humanos, mas também os espaços da assistência. Precisamos fortalecer o diálogo com a Superintendência da Assistência Social, por exemplo. Precisamos que o programa Viver Melhor Urbano – que é um programa promotor de empreendedorismo individual familiar e qualquer outra forma de associativismo coletivo, oferecendo não só a capacitação técnica como também todos os materiais para as pessoas que estão em situação de desemprego e vulnerabilidade – chegue até nós, LGBT.

Enfim, eu tinha muita coisa para falar, mas o tempo é curto, e respeitando a fala das companheiras, e há outros espaços de debates. Fica isso, a minha fala é no sentido de que é muito do que Dion e do que Marina falaram. Inclusive, nós temos várias experiências. O centro está fechado, tudo isso é mais uma expressão de que não somos prioridade no governo, na agenda pública governamental.

Estou muito...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):-Para concluir, Laís.

A Sr^a LAÍS PAULO:- (...) emocionada, porque estão aqui vários usuários dos serviços. João, por exemplo, ontem me perguntou como é que o centro pode ter fechado? Quer dizer que as nossas demandas começam, agora, a serem atendidas e de repente ficamos desamparados? E o meu atendimento, e o meu processo, por exemplo, de retificação de prenome?

Enfim, são uma série de demandas que temos e precisamos, de fato, de equipamento de execução da política.

Um beijo a todas.

O Sr PRESIDENTE (Bira Corôa):- Muito obrigado, Laís.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Queria aproveitar e convidar para compor a nossa Mesa o sempre deputado desta Casa e atual secretário do Trabalho, Álvaro Gomes.(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra a Larissa Passos.

A Sr^a LARISSA PASSOS:- Bom-dia.

Vou fazer igual a Ricardina. É um espaço diferente com o qual só tive contato, também, pela televisão. Vou ver se consigo me adaptar, porque esse é um espaço que também nós, mulheres, negras, lésbicas, gays e transexuais, devemos ocupar.

Eu sou Larissa Passos, estou como diretora LGBT da União Nacional de

Estudantes e vou saudar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa. Minha fala é no sentido de como a nossa sociedade é construída e pensada. Alguns companheiros e companheiras e o próprio deputado falaram aqui dos nossos conflitos e problemas enquanto sociedade. E no espaço da educação conseguimos pensar e construir muitas políticas nos nossos fóruns, como estudantes, mas não conseguimos efetivá-las quando deparamos com as barreiras do Estado, com as barreiras que estruturam a nossa sociedade.

Nesses 2 anos de gestão da UNE conseguimos construir o 1º Encontro LGBT da UNE, que pensou em como garantir os direitos para que possamos escolher nossas trajetórias. Entendemos que através da educação cada um consegue direcionar a sua trajetória na sociedade, uma sociedade que exige que você tenha um papel e que esteja escrito no preto e no branco que você é capaz e competente para estar ou não no espaço.

Infelizmente, não basta você ter experiência e competência para atuar ou ocupar um espaço na sociedade. Infelizmente, precisamos de um papel, no preto e no branco. Esse papel é conseguido através das instituições.

E se pensarmos na educação, em como ela se inicia, ela começa na educação básica. E onde está a comunidade LGBT na educação básica? Será que essa comunidade consegue entrar e permanecer nessa educação básica? Como a nossa educação básica é estruturada? Como conseguir garantir esse nome social – apesar de Marina ter dito que garantiu em sua escola – nas cidades do interior do Estado da Bahia? E que esse nome social não se limite apenas ao nome, mas que consiga modificar a estrutura e a matriz curricular dessa escola, que essa criança consiga entrar, sentir-se parte e construir esse processo educacional.

E enquanto União Nacional de Estudantes, temos um grande problema, que é como conseguir colocar o debate, a construção, dentro da matriz curricular, da questão de gênero e diversidade sexual.

Por mais que nós, enquanto movimento, por mais que nós, enquanto cidadãos e cidadãs, cobremos dos professores e profissionais uma postura de respeito e reconhecimento da nossa identidade enquanto lésbica, transsexual, gay, estes e estas não tiveram em sua formação os conteúdos que os capacitassem para nos atender. Então, como posso exigir de uma psicóloga, de uma nutricionista, de um advogado, de um professor que ele me respeite se a base que o formou não continha isso.

Acredito que cada um e cada uma tem o compromisso de respeitar uns aos outros, mas, para além desse compromisso e responsabilidade enquanto pessoa, enquanto cidadão e cidadã, nós precisamos garantir isso no Estado. E a minha fala é para solicitar que o Estado garanta isso. Como Laís estava falando, não é uma derrota do movimento, mas a falta de materialização do Estado, a falta de materialização do governo em garantir essas políticas.

E, aí, construímos, também, as conferências de educação, saúde e diversas outras que o Estado e a Nação constroem, só que não conseguimos ver a efetivação dessas políticas.

O recado, enquanto UNE - União Nacional dos Estudantes, é que esta Casa por mais que o deputado tenha se mobilizado e construído essa agenda, os deputados e as outras deputadas não estão neste espaço. Mando a minha pergunta para aqueles e aquelas que não estão neste espaço: a população baiana votou em vocês, cadê vocês? Eu sou cidadã baiana e posso não ter votado em muitos e muitas que estavam aqui, mas vocês me representam porque vocês representam o meu Estado. Aqui a minha pergunta: cadê vocês que não estão neste espaço, que é um espaço nosso, é um espaço de vocês por dever? É um espaço meu por direito e um espaço de vocês por dever.

A minha indignação é essa. Infelizmente, não temos a cooperação e a construção, realmente, desses e daquelas que vêm em outras sessões dizer que têm um compromisso enquanto estado, que constrói a política enquanto estado. A nossa reivindicação enquanto UNE: é que nós da União Nacional de Estudantes agradecemos este espaço que estamos firmes na luta. Para além do deputado Bira Corôa, este é um espaço de todos e todas.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que não estão neste espaço, espero que no próximo anos estejam. Porque este é um compromisso de vocês conosco, cidadão e cidadã baianos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra ao tenente Lanzilloti, representante do comandante-geral da Polícia Militar. Aproveito para citar a presença da ex-prefeita de São Sebastião do Passé, Tânia. Agradeço, mais uma vez, pela sua presença nesta comissão e nesta sessão especial.

O Sr. LANZILLOTI:- Srs. Deputados, em especial Bira Corôa e Álvaro Gomes, senhoras e senhores, na impossibilidade do comparecimento do coronel Anselmo, comandante-geral, principalmente pela situação de alerta de chuva – estamos aí já um período com problema sério de chuva, tem nos deixado muito preocupados – quero dizer que a Polícia Militar se sente lisonjeada em participar de um evento dessa magnitude. Essa galeria deveria estar cheia, mas sabemos que a chuva não deixou. Há um princípio que fala: a qualidade por vezes é muito melhor do que a quantidade.

O que ouvimos até então, nesses discursos, são várias histórias de vidas ricas e tristes, mas que está também no coração e na cabeça de cada um neste Plenário. Estava conversando com a superintendente e sugeri-lhe um fórum específico de segurança pública, visando lidar com essas questões.

A Polícia Militar abomina qualquer forma de violência e de discriminação. Há fatos isolados de violência, não há de se negar. Somos um universo de 32 mil pessoas na ativa, com certeza, com as suas diversidades sexuais. Seria mentiroso em dizer que não existe diversidade sexual na Polícia Militar. Com certeza que sim. Somos do

povo, viemos do povo e temos as nossas dificuldades, sejam históricas, sociais e de uma boa prestação de serviço.

Sentimo-nos lisonjeados em sermos chamados para um evento como este. Isso é como se, as senhores e os senhores, dissessem: Polícia Militar, venha para perto de nós! Venha repensar conosco as questões, as nossas demandas e o nosso clamor por justiça. Enquanto Polícia Militar, enquanto povo, do seio do povo, que sofremos com a sociedade pragmática, materialista, intolerante, sofremos enquanto cidadãos que somos. A cidadania é muito maior do que uma farda que vestimos. A farda não quer dizer nada se não tiver um homem e uma mulher de bem vestindo-a.

Gostaríamos de propor um fórum específico para isso. Precisávamos ouvir vocês – desculpem-me por chamá-los de vocês, sem a formalidade – para chegarmos a uma melhoria operacional na madrugada das festas e para um plano de policiamento que pudesse ter uma situação estratégica. Nenhuma gestão é benfeita se não houver eficácia, eficiência e efetividade.

Nos outros encontros, no próximo ano, existam muito mais motivos para sorrirmos, congraçarmos, comemorarmos, do quedesabafar, fazer catarses de aspectos negativos. Seria uma proposta, deputado Bira Corôa. Coronel Ramalho Neto, secretário de Segurança público, superintendentes, secretários, um fórum específico para lidar com adversidades, incluindo a Polícia, os organismos policiais. Vamos aprender muito com as senhores e com os senhores, e também temos muito a passar de bom.

Feliz por estar aqui e agradecido a Deus por esta oportunidade de fazer uso da palavra. Parabenizar a todos vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra a Amélia Maraoux.

A Sra. AMÉLIA MARAUX:- Boa tarde a todos e todas presentes.

Gostaria, inicialmente, de fazer uma saudação ao deputado Bira Corôa, que preside esta sessão e também foi o seu proponente. Como já foi dito aqui, Bira, você é um grande parceiro, o seu mandato cumpre um papel importante no sentido da promoção de discussões e enfrentamentos na Assembleia Legislativa para implementação de políticas tanto do recorte racial quanto LGBT.

Gostaria também de saudar a professora Anhamona Brito, superintendente de Direitos Humanos e aqui representando o secretário Geraldo Reis; secretário Álvaro Gomes; todos os parceiros e parceiras aqui presentes, Larissa Chocolate, representante do conselho, nosso conselheiro da Secretaria de Trabalho e Renda; Dion, grande figura importantíssima no contexto de luta que estamos vivenciando; grande companheiro Aílton, que saiu mas está sempre conosco nessa luta; conselheiro coronel Ramalho; representante, ex-colega do Severino Vieira e também comandante da Polícia Militar, que fez aqui a sua fala; nossa querida professora Elizete, diretora

da Secretaria de Educação; querida e grande parceira e também militante aguerrida, Marina Garlen; minha companheira Laís Paulo, também companheira de muitas lutas.

Gostaria também de saudar essa plateia, meus queridos e queridas, colegas conselheiros e conselheiras do Conselho Estadual LGBT que se encontram aqui presentes, Tati, Gilvan, Rosa, Carmen, Pablo, Rafaela, todos muito combativos.

Saúdo também as companheiras lésbicas dos coletivos de lésbicas que, embora não estejam aqui representadas na Mesa, estão presentes neste momento importantíssimo; Liga Brasileira de Lésbicas, LesbiBahia, enfim, todos os companheiros e companheiras que fazem parte desse plenário.

Para nós é um momento importante, acho que todas as sessões especiais, todas as audiências públicas marcam um ponto político importante para nossas lutas. Todos nós sabemos e já vimos aqui, pelo que foi falado anteriormente, que ainda temos muito a caminhar no sentido da implementação de políticas públicas para a população LGBT.

Há um vazio imenso, um grande vazio, de fato, no sentido da implementação de políticas de cidadania LGBT. A questão mais candente que diz respeito à violência é real, ela nos bate a cada momento, e os dados são claros, não precisamos buscar as estatísticas dos órgãos oficiais.

Dion e Marina colocaram muito bem os últimos acontecimentos, quantos de nós, nesses últimos meses, morreram tombados em função do ódio e da intolerância. É um problema da sociedade, é um problema social e é um problema e um dever do Estado atentar para isso. Nós precisamos ampliar os nossos caminhos dentro do Estado, ou seja, é preciso que o Estado, de fato, perceba a importância e a necessidade de implementação de políticas públicas. É óbvio que isso não acontece num estalar de dedos e numa visão apenas de que “Olha, tem direito”, é uma Luta! É uma luta de todos os dias!

O Conselho Estadual LGBT é a marca dessa luta, é um espaço de resistência. Houve muita luta para que ele fosse criado, na verdade. Ele, hoje, é um conselho consultivo, mas de importância muito grande, porque ali estão as secretarias de Estado, o movimento social e a universidade, no sentido de brigar por políticas públicas.

Nós queremos, hoje, que as políticas não se restrinjam mais apenas às políticas voltadas para a área de saúde, a exemplo das de DST e AIDS. Precisamos de políticas nas áreas de emprego e renda, inclusive está aqui o secretário... Desculpem-me, já ia chamá-lo de Osvaldo Barreto. Olha a falha de memória, não é? Está aqui o nosso secretário Álvaro Gomes, que coordena uma pasta importantíssima para a implementação e a inclusão da população LGBT, no que se refere à empregabilidade.

Falei do secretário Osvaldo Barreto, atual secretário estadual da Educação, e a educação é fundamental, no sentido daquilo que já foi dito aqui: a garantia do ingresso e da permanência dos nossos estudantes LGBTs. Queremos que eles possam e consigam concluir o seu percurso educativo – não é isso, Érica Capinan? –, para

que a empregabilidade, para que o direito ao emprego seja feito de maneira plena.

Então, o Conselho Estadual LGBT – aqui estão os nossos companheiros e companheiras conselheiros e conselheiras – tem um papel importante, Rosa, no sentido de garantir esses direitos. É preciso que a gente cobre mesmo, e nós vamos fazer isso. Então, quero saudar a todos e dizer que é mais um dia de luta. A nossa luta continua! Amanhã temos uma grande atividade no Solar Boa Vista; domingo temos uma marcha importante, saindo do Cristo até o Porto da Barra.

Portanto, para concluir, conclamo todos e todas para que estejamos juntos nesse caminho, que é o caminho da luta por direito, por inclusão, por cidadania e contra a LGBT fobia.

Muito obrigada a todas e todos. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, passo a palavra ao tenente-coronel Jaime Pinto que, neste ato, representa o secretário da Segurança Pública.

O Sr. JAIME PINTO:- Bom-dia a todos e todas. Tinha dito ao deputado Bira Corôa que abriria mão da fala, em razão da questão do horário... Fiz uma observação numa receita que o médico passou para mim, porque não poderia deixar de fazer algumas considerações a respeito da temática.

Agradeço ao deputado Bira Corôa pela oportunidade e ao secretário Álvaro Gomes. Cumprimento os colegas que estão na Mesa, principalmente aos senhores e senhoras que estão na assistência, pessoas importantes, fundamentais para estarmos aqui discutindo esse tema.

Quero dizer que a segurança pública, na dimensão da polícia, é criada para proteger, principalmente nessa perspectiva, e para acolher as pessoas. Por outro lado, numa dimensão da transversalidade, ela pode encaminhar – esse é um sonho nosso – para as outras secretarias essas demandas, essas pessoas que tiveram os seus direitos violentados.

Na realidade, eu tenho trabalhado na Secretaria da Segurança Pública, mais especificamente na Superintendência de Prevenção da Violência, numa perspectiva de estar muito próximo dos movimentos sociais, acolhendo essas demandas e encaminhando para o secretário. Estamos tentando, na medida do que nós temos disponível no orçamento, atender essas demandas.

Quero chamar a atenção, inclusive o deputado colocou também, aqui, sobre a questão da denúncia. É fundamental, nesse processo de construção da cidadania, a denúncia do cidadão contra essas opressões sejam as que partem da sociedade, sejam as que partem das instituições. Sabemos que nas instituições existem todas as formas de homofobia, racismo, sexismo e nós precisamos, efetivamente, reeducar os profissionais de todos os segmentos. Não é privilégio da Segurança Pública a qualidade no atendimento. Temos que reconhecer que o Estado, enquanto um

aparelho que está à disposição da sociedade, precisa muito requalificar os seus profissionais em relação ao atendimento à população. Não se justifica, de forma alguma, qualquer tipo de violação.

Quero dizer do meu compromisso pessoal e profissional com essa demanda dos movimentos. A partir daí, fomos criando várias identidades de amizade. E contem comigo a qualquer hora. Todos conhecem o meu telefone de contato, então, não tenham acanhamento para nos contatar no final de semana, feriados, carnaval, Ano Novo, porque, enquanto estiver representando a Segurança Pública, estarei à disposição. Além de ser, para mim, algo agradável, é minha obrigação, porque vocês pagam o meu salário, e com esse salário sustento a minha família.

Muito obrigado, um abraço, um bom final de semana. Nos veremos amanhã. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Passo a palavra à representante da Secretaria da Educação, professora Elizete França.

A Sr^a ELIZETE FRANÇA:- Bom-dia a todas as pessoas presentes.

Estou aqui como diretora da Educação e da Diversidade e das Modalidades, representando o Sr. Secretário Osvaldo Barreto. Quero dizer bem rápido que é um dever meu, enquanto estiver na direção, seguir um trabalho que foi iniciado pela professora Amélia Maraúx, juntamente com Kelly Costa, e é exatamente uma das demandas colocadas aqui, que é a inclusão do nome social nas cadernetas e registro escolar. Isso foi acatado pelo Conselho Estadual da Educação, regulamentado, e consta no nosso sistema de gerenciamento de escolas. Assim como há o trabalho belíssimo que a Escola Senhor do Bonfim faz com a população LGBT. E eu estou nesse trabalho porque acredito.

Professora de Matemática da rede estadual há 24 anos, abdiquei dessa área de Exatas e resolvi pesquisar e estudar as sexualidades porque fui tocada pelo fato de ver eu e meus colegas invisibilizarmos essa população nas escolas. Então, eu saí da área pura e vim para a área da humanidade. Acho que a humanidade precisa adentrar a área pura, a área de exatas. E, assim, a gente possa compreender como as pessoas, os nossos jovens são violentados física, emocional e simbolicamente nas nossas escolas.

Como acredito nessa humanidade, na inserção e nas discussões dessas temáticas nos currículos, eu, juntamente com a professora Érica, com a normativa que deu entrada no Conselho Estadual da Educação na gestão da professora Amélia, estamos correndo atrás. Essa normativa traz uma busca pela inserção das discussões das relações de gênero, bem como das sexualidades, no currículo da educação básica. É difícil!

Como a representante da UNE colocou aqui: eu não fui preparada, nas duas licenciaturas que fiz, para trabalhar com gênero e sexualidade. Então, a gente precisa também pensar na formação inicial dos nossos professores, isso é fundamental, não

só para trabalhar com as questões de gênero e sexualidade como também as questões raciais. Isso é fundamental no processo de formação inicial e continuada.

Na cadeira que ocupo, a formação continuada nós podemos incrementar alguma coisa, já estamos fazendo isso, levando esses temas, problematizando, levando questões para que os nossos professores reflitam conosco, por exemplo, a importância de valorizar e viabilizar as questões da sexualidade no contexto da escola.

Ainda ontem, no auditório da SEC, realizamos uma roda de conversa - que faz parte também desta ação do Maio da Diversidade - em que trouxemos uma discussão sobre a formação, a educação, as questões de gênero sexual e a população LGBT na escola.

Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa. Vocês presentes aqui, a população LGBT, realmente estão de parabéns!

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Antes de passar para o próximo orador, quero fazer um registro que considero importante. É de uma nota que diz: “Vitória da macumba: religiões afro-brasileiras ganham o direito de resposta na Record e Rede Mulher”. Isso pela Justiça Federal de São Paulo. Quero saudar como importante também esta conquista da sociedade civil organizada.

Com a palavra o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Álvaro Gomes, o qual será sempre deputado desta Casa e um companheiro de luta. Sem dúvida alguma, ele faz uma falta tremenda no Parlamento baiano.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar o nobre deputado Bira Corôa, em nome de quem saúdo também toda esta Mesa altamente representativa. Não poderia deixar de passar aqui para participar deste importante evento, esta sessão especial do Dia da Diversidade LGBT.

O presidente Bira Corôa se preocupa muito com essas questões. É um parlamentar atuante que tem realmente feito um trabalho de grande importância para a sociedade. Ele vem abordando temas como este, que muitas vezes ficam no esquecimento. Isso é muito importante para o Parlamento. O companheiro Bira Corôa está de parabéns por esta iniciativa!

É evidente que todos nós temos clareza de que todos nós somos diferentes. Não existe ninguém igual ao outro. Às vezes defendemos ideias, princípios de outros segmentos, mas todos somos diferentes. Todos somos seres humanos e devemos ser respeitados da forma que somos. Então, a questão do respeito à diversidade é fundamental.

É preciso combater a homofobia, é preciso combater o preconceito, é preciso combater a discriminação. Todos temos o direito de viver com dignidade e de ser o que efetivamente somos. Então, é importante realizarmos atividades deste tipo. O

Maio da Diversidade é um movimento importante, que já está na sua terceira edição.

Precisamos cada vez mais mostrar que é possível viver em harmonia. É preciso que os diversos segmentos, os diversos setores vivam harmonicamente. Por isso, entendemos que está mais do que na hora de intensificarmos esta luta de respeito à diversidade e combate ao preconceito e à discriminação para que possamos efetivamente ter uma sociedade cada vez mais de paz e justiça social.

A nossa Setre tem dado essa contribuição. Está à disposição naquilo que pudermos fazer. É uma Secretaria muito ampla que desenvolve ações nas áreas do Trabalho, Emprego, Renda, Esporte, Lazer, assim como também atividades de qualificação e aqui já foi desenvolvida atividade de qualificação, especificamente para o público LGBT; e precisamos ter uma relação mais aproximada no sentido de ver como a secretaria pode contribuir ainda mais na questão da intermediação, na questão da qualificação. Porque estamos agora vivendo um momento em que precisamos cada vez mais buscar apoiar ações daqueles setores que são mais excluídos da nossa sociedade, são mais discriminados.

Então, esse trabalho para buscar essa inclusão, buscar combater esse preconceito, é um trabalho que a nossa secretaria tem desenvolvido também por orientação e determinação do próprio governador Rui Costa que tem tido essa preocupação.

Recentemente, o governador Rui Costa tem desenvolvido o Programa Pacto pela Educação, que prevê a questão do primeiro emprego, do primeiro estágio. Na secretaria estamos desenvolvendo atividades e formatando novas frentes de trabalho e cultura; de inserção no mercado de trabalho de setores vulneráveis, a exemplo de egressos das penitenciárias; de pessoas com deficiência física e mental. E também essa luta para esse segmento que é fortemente discriminado, o movimento LGBT, e que sofre grande preconceito, precisamos também ter uma atenção muito especial para que possamos construir essa sociedade que todos nós queremos, que todos nós desejamos, que é uma sociedade com paz e justiça social.

Mostrei aí a disciplina, viu? (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Essa tem que ir para os anais da Casa, Álvaro Gomes conseguir cumprir o prazo. Álvaro foi quem mais estourou esta sirene aqui durante os dois mandatos que participei com ele aqui.

Brincadeiras à parte, quero aproveitar para registrar a presença da assessoria da deputada Fabíola Mansur e também fazer uma correção. A deputada Fabíola Mansur teve o compromisso de nos comunicar a sua dificuldade para estar nesta sessão de hoje, porque ela está conduzindo uma sessão de pessoas com deficiência na cidade de Camaçari e não deu para compor as duas agendas, mas a assessoria aqui presente representando o mandato, que é também um mandato atuante nessa questão aqui na Casa.

Quero convidar, para fazer uso da palavra, Anhamona de Brito, que neste ato representa duplamente a secretaria de Ação Social e Justiça e também o governo do Estado da Bahia.

A Sr^a ANHAMONA DE BRITO:- Bom-dia a todos e a todas.

Há um pedido aqui da nossa companheira que eu pronuncie o nome, até pelo caráter peculiar dele. O meu nome é Anhamona de Brito, assumi em fevereiro a Superintendência de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos, após trabalho deixado e firmado pelo meu companheiro de Mesa, inclusive, de governo, Ailton Ferreira.

Eu gostaria de neste momento de fazer, a princípio, mesmo sabendo do atraso, deputado Bira Corôa, os cumprimentos elogiosos a V.Ex^a, considerando que independentemente de ser esse um dever de V.Ex^a assumir enquanto deputado de toda a Bahia e da população LGBT, é fundamental e importante que esta Casa se consagre enquanto espaço para além da difusão de ações, de incorporação de políticas voltadas a esse segmento que sofre seculares opressões.

Então, já que esta é a quarta edição da sessão especial relacionada a essa população e de combate às homofobias, cumprimento Ester em nome do governador Rui Costa e, também, em nome do secretário Geraldo Reis. Faço os cumprimentos as demais representações políticas e institucionais da Mesa.

Muito obrigada pelo espaço também concedido.

Gostaria, de forma também carinhosa e próxima, externar os cumprimentos às representações da sociedade civil presentes neste Plenário e componentes da Mesa na pessoa da vice-presidente do Conselho LGBT, Amélia Marrot (palmas.). Ao Plenário, faço uma saudação diferenciada, também, elogiosa e carinhosa aos conselheiros e conselheiras LGBTs do interior do Estado da Bahia (muitas palmas) e, de forma destacada, aos ativistas que militam por esta causa nos 417 municípios do nosso Estado, na pessoa da conselheira Thaís. (Palmas.) Bem, incluo todas as representações institucionais e representações da sociedade civil.

E, aí, deputado Bira Corôa, eu estava, ali, anotando algumas coisas e bastante provocada com as reflexões de todos e todas da Mesa. Pensei, principalmente, o nosso papel enquanto representante de governo, ou melhor, aquilo que, necessariamente, deveríamos colocar tanto, através desta tribuna e não apenas para ela, mas também para este Plenário e, principalmente, para as pessoas que, de casa, estão nos assistindo, reconhecendo, inclusive, que embora este Plenário não esteja lotado, em que pese as galerias não estejam lotadas, a gente consegue alcançar, cada vez mais, mais e mais pessoas se considerarmos os sujeitos que nos assistem pela TV Assembleia.

E estava pensando, aqui, em nós, do governo, secretário Álvaro Gomes. Nós temos uma responsabilidade muito grande que é a de, minimamente, darmos consecução àquilo que conseguirmos firmar enquanto compromisso de campanha no programa de governo do nosso governador Rui Costa, no que diz respeito aos interesses da população LGBT.

Então, este ano é mais do que peculiar. Este é o ano, para nós, estratégico. Não podemos, sob qualquer hipótese, deixar passar as possibilidades. Devemos semear aquilo que, efetivamente, queremos para garantir não apenas a emancipação, o direito à vida digna com inclusão e também direito à vida, considerando as variadas violências, inclusive a violência letal que abate essa população.

Neste ano, todos estamos elaborando o Plano Plurianual em um processo ao dialogar no interior do Estado. Agora, ao final de abril, acabaram-se as etapas relacionadas aos territórios de identidade. Estamos internamente no governo e discutindo essas questões como os compromissos. Passaremos para um detalhamento breve de metas. Vamos entrar em um processo necessário de diálogo com os movimentos sociais a partir dos conselhos de direito.

Digo isso para refletirmos todos e todas sobre a necessidade...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Para concluir, por favor.

A Sr^a ANHAMONA BRITO:- Bem, vou extrapolar o tempo. Ouvirei os apitos e, desobedientemente, continuarei a falar para concluir o tema. Bem, colega Elizete França, precisamos aproveitar esta oportunidade para, a partir do Conselho LGBT, fortalecer os caminhos para garantir que os compromissos firmados no programa de governo, na medida do possível, sejam acolhidos.

Então, este ano de 2015 é estratégico para esta população por conta disso mas não somente...

(Toca-se, automaticamente, o lembrete de encerramento.)

A Sr^a ANHAMONA BRITO:- É melhor tirar o apito. Não terá jeito!

(...) Não somente por conta disso, mas também porque, neste ano, já houve a divulgação de uma conferência, na verdade, das conferências conjuntas de direitos humanos. Teremos um espaço, melhor, uma conferência especificamente voltada para fazermos um balanço do que avançamos nas esferas municipal, territorial, estadual e nacional no que diz respeito aos interesses deste segmento estratégico.

Também, não podemos perder de vista a importância do ano de 2015, porque, nele, nós teremos o desafio de discutir as questões relacionadas aos direitos humanos, mas não de forma genérica, asséptica, mas pensando, sobretudo, nas diferenças e nas desigualdades que, secularmente, nos oprimem.

No que diz respeito a esse processo todo e aos arranjos necessários para garantirmos aquilo que necessitamos, não podemos perder de vista os apoios recebidos incessantemente. E isso foi colocado, aqui nesta tribuna, pelos que me antecederam e pelos diversos servidores e servidoras que, nas suas variadas áreas, acolheram esta pauta como uma pauta importante para ser garantido ali, na ponta, nas diversas secretarias finalísticas.

Mas, não é só disso que precisamos, coronel Ramalho, tenente-coronel Jaime, que também é parceiro, Elisete França e demais representações de governo que estão aqui. Precisamos, dentro das nossas esferas de competência, dialogar de forma mais estratégica para que, no âmbito do Conselho LGBT, mas não somente neles, essas

questões e esses compromissos saiam, efetivamente, do papel. Sem a garantia da presença ativa de vocês – ainda bem que podemos contar com vocês, com essa postura aliada, presente e vigilante –, sem a garantia de um compromisso efetivo no cumprimento dessa agenda, ela não sairá do papel.

Então, considerando que nós, da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, temos nesse processo um papel, acima de tudo, articulador, porque a nossa coordenação LGBT é um núcleo. Estou chamando, aqui, de coordenação até para impulsionar, nesta sexta-feira de chuva, para que chegue até lá. O nosso papel não é de execução, mas de articulação.

Para isso, precisamos, sim, contar com os parceiros nessas esferas. Por exemplo, a presença do secretário do Trabalho na Mesa é um importante sinalizador. Vamos, cada vez mais, gostar de saber que mais secretários, mais secretárias, companheiros nossos de luta no Executivo, garantirão a presença firme dessa pauta na nossa agenda política do Executivo estadual. Precisamos, da mesma maneira, chamar cada vez mais, não apenas para o espaço de diálogo, mas, principalmente, para compromissos operacionais, as instituições do sistema de Justiça.

Não posso sair desta tribuna, representando o governador Rui Costa e o secretário Geraldo Reis, sem dizer que, para nós, são mais do que alarmantes os elevados indicadores de mortes que abatem a população LGBT em nosso Estado. Precisamos, coronel Ramalho... Estivemos conversando sobre isso na Sprev, com o superintendente Admar Fontes, é nosso interesse, na Superintendência de Direitos Humanos, garantir os mecanismos mínimos para fazer com que o Estado da Bahia tenha, pelo menos, um banco de dados que possa garantir o monitoramento desses casos e o acompanhamento dessas ações penais e dos inquéritos, levando em conta as várias esferas. Nós, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Justiça e demais órgãos parceiros, precisamos adotar as medidas necessárias para que esse monitoramento seja efetivado.

Por último, não posso também sair daqui sem refletir sobre a importância de um aspecto que tem a ver com a fala de Laís sobre o Centro de Promoção e de Defesa dos Direitos LGBT, que funcionava até o dia 1º de abril.

O funcionamento desse centro foi fruto do esforço dos movimentos sociais, que propuseram, na verdade, a iniciativa à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fizeram a captação de recursos e, para além disso, para além de instituir um equipamento público importante, garantiram o funcionamento e a demonstração de que aquele serviço é, sim, essencial para a promoção e defesa dos direitos, mas, principalmente, para garantir conforto em muitos níveis para essa população, essencialmente na esfera psicológica.

Nós, da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, sabemos dos vários posicionamentos de pessoas atendidas, de outros setores da sociedade civil e do Estado sobre a importância de restaurarmos o equipamento público e de reativarmos o Centro LGBT. Estamos, internamente, discutindo os arranjos, inclusive na esfera do orçamento, para garantir que esse equipamento

retorne à vida.

Coloco, aqui, este compromisso. Não sei como é que a gente vai... Eu ia usar um termo tão coloquial para a representação! A gente vai ter de correr atrás, deputado Bira Corôa, de dinheiro! Inclusive já peço ajuda a V.Ex^a para que, pelo menos, no processo das emendas parlamentares, encaminhe algo, efetivamente, para o funcionamento desse centro, (palmas.) sabendo que nós, da Secretaria da Justiça, vamos, na medida das nossas possibilidades e considerando a peculiaridade do ano de 2015, que é um ano de poucos recurso, adotar as medidas necessárias para que esse centro retorne ao seu funcionamento, preferencialmente. E uso o termo preferencialmente, porque se pudéssemos fazer rapidamente as mudanças ao sabor da fala seria fácil, mas não é assim. Preferencialmente, no ano de 2015.

Finalizo a minha contribuição saudando a todos e todas, principalmente agradecendo o processo de construção, de ativismo, de força, reflexões, cobranças gerados no âmbito da Coordenação LGBT, principalmente nas figuras dessas duas expressões políticas que o movimento LGBT da Bahia e do Brasil, que são Vinícius Alves, para quem peço uma salva de palmas, e Paulete Furação, responsáveis pelo processo de articulação que envolveu o interior e a capital de forma efetiva e vou tomar puxão de orelha se eu não disser que tem agenda daqui a pouco: às 14 horas, posse de conselheiros do Conselho LGBT, aqui na Assembléia Legislativa, sala de reuniões da Liderança da Maioria; amanhã, dia 16, tem ao longo da tarde uma programação vasta do minicircuito de direitos humanos pela diversidade e abertura solene e festiva que vai acontecer às 18:30 no Solar Boa Vista, Engenho Velho de Brotas; domingo, marcha nacional contra a homofobia. Aqui em Salvador, vamos sair às 16 horas, do Cristo ao Porto da Barra; dia 28 de maio haverá um Seminário de formação de Policiais Civis, Militares e Peritos em parceria com a SSP, em combate a lesbohomobitansfobia.

Muito obrigada a todos e boa tarde! (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Registro a presença em nome do Coletivo De Entidades Negras, de Gabriel.

Pelo adiantado da hora, vou abreviar esse momento, convido à frente algumas pessoas que representarão entidades que serão homenageadas. Logo em seguida, convidarei Misael Franco para fazer o show de encerramento. Peço desculpas antecipadamente por não poder franquear a palavra ao Plenário em razão de termos que deixar este espaço às 14 horas para outra atividade.

Queria fazer um encaminhamento. Várias propostas saíram nesta sessão especial e temos de encaminhá-las, inclusive Laís e Paulo colocaram uma questão séria e que a gente incorpora, que é a questão do reconhecimento dos nomes sociais nesta Casa. É inaceitável que esta Casa não tenha ainda atentado para essa questão. Vamos encaminhar um requerimento à Mesa Diretora para que seja incluído nos ritos desta Casa os nomes sociais a partir de então.

Todas as proposições que foram apresentadas aqui ficarão nos Anais da Casa, através do serviço de Taquigrafia desta Casa, vamos fazer um relatório e vamos encaminhar às entidades que estiveram presentes. Isso faremos para que, depois de uma sessão como esta, os encaminhamentos não sejam esquecidos os assuntos que passamos a manhã quase toda debatendo.

Queria, neste momento, convidar os homenageados à frente: representando a UNE, Larissa Passos; representando o Grupo Finas de Vitória da Conquista, Rafaela Souza; representando todos os artistas de Salvador, Dion Santtyago; representando a ABGLT, Wesley Francisco, o nosso grande companheiro ativista; e representando a LBL Bahia e o Fórum Enlesbi, Altamira Simões. (Palmas!)

Vou convidar a nossa grande ativista Paulette Furacão para fazer a honraria de entrega e faremos uma foto depois com todos aqui presentes. Convocamos Lindinalva para também fazer a entrega. (Palmas!)

(Entrega das placas.) (Palmas!)

Quero neste momento aproveitar e convidar Misael Franco para nos prestigiar com uma peça de encerramento. Antes da foto, vou permitir que ele possa fazer a sua apresentação.

Agradecemos a todos e todas por todas as colaborações, à assessoria do nosso gabinete e às dos gabinetes dos outros deputados que também contribuíram, assim como à deputada Fabíola Mansur.

(Apresentação musical de Misael Franco.)

O Sr. Misael Franco:- Eu prometo ser bem rápido. A minha performance é, como estava falando anteriormente, a desconstrução do gênero. Todos nós sabemos que as pessoas que carregam consigo feminilidades, sejam elas mulheres, trans, travestis, homens heteros, bissexuais ou homens gays, todas as pessoas que carregam feminilidades são violentadas, são vítimas de violência, porque na sociedade machista e patriarcal que nós vivemos a feminilidade não é respeitada, ela é vista como aberração. O homem que nasce com barba, que nasce com pelo, se tem virilidade, e ele deixa isso de lado para ser feminino, ele é visto como uma aberração.

O que é que eu sou? As pessoas perguntam: “O que é que você é?” Eu não quero ser esse homem que a sociedade quer, nem quero ser essa mulher, esse padrão de beleza, esse padrão hegemônico de comportamento, eu quero ser isto mesmo, essa confusão, eu quero que as pessoas me olhem e tenham essa confusão. Eu não quero o óbvio, eu sou possibilidades. Que as pessoas me olhem e vejam essas possibilidades, e que as bichas afeminadas sejam respeitadas, é por elas que estou aqui, pelas bichas pretas afeminadas da periferia, que estou aqui representando com muito orgulho.

(Palmas.)

E é importante ressaltar também que na homofobia existe o recorte de classes, em que tem a bicha, o viado, a bicha preta, a bicha da periferia, a bicha da favela, e essas bichas têm esse agravante. E pela comunidade LGBT, que sofreu direta ou indiretamente pelo assassinato dos 13 jovens negros mortos no Cabula.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós agradecemos, também, a contribuição de Misael Franco e, assim, aproveito para encerrar este ato.

Antes de encerrar, quero agradecer a participação e a colaboração de todos e todas. Agradeço, especialmente, aos servidores e às servidoras desta Casa que extrapolaram o horário matutino, conseqüentemente, o horário do almoço. Muitos terão um pouco de dificuldade para chegar às suas casas, porque, na sexta-feira, o transporte da ALBA sai às 12h15min. E nós já extrapolamos o horário convencional. Aproveito para, mais uma vez, registrar o compromisso dos servidores e servidoras desta Casa para com o Poder Legislativo e para com o exercício da cidadania.

E este ato, sem dúvida alguma, reafirma, mais uma vez, o momento de democracia e de avanços que este Poder Legislativo, melhor, esta Casa tem assumido diante de todos nós, baianos e baianas.

Em especial, quero agradecer e saudar todos os segmentos organizados da sociedade – não os listarei por uma questão de tempo – aqui presentes, pois eles são responsáveis por essas conquistas e por este momento de transformação em que estamos vivendo.

Apenas, eu gostaria de dizer que a luta continua. Precisamos nos empenhar para que essa sociedade possa, de fato, consolidar-se como uma sociedade mais justa, mais igualitária, que todos nós acreditamos e por ela lutamos.

Agradeço a todos os setores do governo do Estado da Bahia aqui representados, às secretarias da Segurança Pública; Trabalho, Emprego e Renda; Educação; e Justiça, que ajudaram a construir e contribuíram para este momento. Agradeço, em especial, à assessoria dos nossos gabinetes, que ao longo de algumas semanas se debruçaram para construir esse ato. E não poderíamos deixar de fazer esses agradecimentos.

Por fim, faço o que o rito nos conduz. Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço às autoridades civis, militares e eclesiásticas, às senhoras, aos senhores, aos deputados, às deputadas, à imprensa pela presença e declaro encerrada a presente sessão.(Palmas.)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*